

STJ00098271

Marco Aurélio Serau Junior

DESAPOSENTAÇÃO

**NOVAS PERSPECTIVAS
TEÓRICAS E PRÁTICAS**

5. edição
revista, atualizada e ampliada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rafael Molotievski

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Serau Junior, Marco Aurélio

Desaposentação / Marco Aurélio Serau Junior. – 5.ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-309-5697-4

1. Previdência social - Brasil. 2. Aposentadoria - Legislação - Brasil. 3. Renúncia (Direito) - Brasil. I. Título.

Sumário

LISTA DE SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	15
1. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DA DESAPOSENTAÇÃO	21
1.1. Previdência social e direitos fundamentais.....	21
1.2. Aspectos constitucionais relevantes da seguridade social....	30
1.3. Aspectos constitucionais propriamente previdenciários	32
1.4. Aspectos constitucionais gerais da previdência social do servidor público.....	39
2. DAS APOSENTADORIAS	43
2.1. Das aposentadorias no RGPS.....	43
2.1.1. Cálculo do valor dos benefícios	43
2.2. Dos benefícios em espécie	45
2.2.1 Aposentadoria por tempo de contribuição.....	45
2.2.2. Aposentadoria por idade	46
2.2.3. Aposentadoria por invalidez	47
2.2.4. Aposentadoria especial.....	48
2.3. Das aposentadorias no regime próprio dos servidores públicos	48
2.3.1. Aposentadoria por invalidez	49

2.3.2. Aposentadoria compulsória.....	50
2.3.3. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	50
3. DA DESAPOSENTAÇÃO.....	53
3.1. Origem.....	53
3.2. Conceito.....	54
3.3. Situação do segurado que retorna ao trabalho após a aposentadoria.....	58
3.4. Posição jurisprudencial.....	62
3.4.1. Consolidação da jurisprudência: Recurso Especial Repetitivo nº 1.334.488/SC.....	78
3.4.2. Metodologia de cálculo e data de início do novo benefício.....	80
3.5. A dispensação.....	81
3.6. Reaposentação.....	83
4. ANÁLISE CRÍTICA DO INSTITUTO DA DESAPOSENTAÇÃO.....	87
4.1. A questão do <i>ato jurídico perfeito</i>	87
4.2. A restituição dos valores recebidos a título de primeira aposentadoria.....	96
4.3. Ausência de previsão legal.....	105
4.4. A ideia de aposentadoria como mero direito patrimonial...	108
4.5. A fundamentação da desaposentação no direito ao trabalho...	110
4.6. A analogia ao instituto da reversão.....	112
4.7. Dificuldades administrativas do INSS.....	114
5. PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO.....	117
5.1. Das ações judiciais cabíveis.....	117
5.2. Legitimidade processual.....	118
5.3. Condição da ação (lide presumida).....	119
5.4. Competência.....	124
5.5. Tutela antecipada.....	129
5.6. Prescrição e decadência.....	134

5.7. Aplicação do art. 285-A do CPC	139
5.8. Matéria probatória (provas).....	142
5.9. Justiça gratuita.....	143
5.10. Valor da causa.....	143
6. DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA E PREVISÃO EXPRESSA DO INSTITUTO DA DESAPOSEN- TAMENTO.....	147
6.1. Projetos de Lei acerca do tema e sugestão de alteração da Lei nº 8.213/1991 formulada pelo autor.....	149
Projeto de Lei nº 7.154/2002	149
Mensagem nº 16, de 11 de janeiro de 2008	151
Projeto de Lei nº 6.831/2002 – arquivado	152
Projeto de Lei nº 1.606/2003 – arquivado	153
Projeto de Lei nº 6.153/2005 – apensado ao PL 1.606/2003 ..	155
Projeto de Lei nº 6.237/2005 – apensado ao PL 6.831/2002.	157
Projeto de Lei do Senado nº 91/2010	159
Parecer da Comissão de Assuntos Sociais, de 2013.....	160
Emenda nº 1 – CAS (substitutivo).....	163
Emenda nº 2 – PLEN (redação).....	164
Nossa sugestão de alteração da Lei nº 8.213/1991.....	165
CONCLUSÕES.....	167
PRÁTICA PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIA	169
I. Petição inicial de desaposentação	169
II. Agravo de instrumento (indeferimento da tutela anteci- pada).....	177
III. Recurso de apelação (sentença que julga improcedente o pedido de desaposentação).....	186
IV. Recurso especial	193
V. Recurso extraordinário	201
BIBLIOGRAFIA.....	209